

A IDENTIDADE DOCENTE SOB A LÓGICA DOS DADOS: DA PRÁXIS PEDAGÓGICA À GESTÃO DE SISTEMAS

TEACHER IDENTITY UNDER THE LOGIC OF DATA: FROM PEDAGOGICAL PRAXIS TO
SYSTEMS MANAGEMENT

Marcel Musse Pereira¹
Houtran Lima da Silva²
Michel dos Reis da Silva³
Ana Graziela Ramiro Alves Pinheiro⁴
Ana Claudia Rodrigues da Silva⁵
Rozineide Iraci Pereira da Silva⁶

RESUMO: O presente artigo investiga as profundas reconfigurações na identidade e na rotina do trabalho docente impulsionadas pela plataformização e datificação das redes públicas de ensino. O objetivo central é analisar as tensões entre a autonomia pedagógica e a exigência institucional de gestão de sistemas virtuais corporativos. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de revisão teórico-bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentado na análise crítica da literatura contemporânea sobre política educacional e tecnologia. O referencial teórico mobiliza as categorias de colonialismo de dados e capitalismo de vigilância para problematizar o fenômeno da governança algorítmica. A síntese das análises evidencia que a centralidade dos painéis de controle (*dashboards*) impõe um regime de performatividade que burocratiza o ofício, deslocando o professor da condição de autor intelectual de sua práxis para a de operador técnico de métricas. Constata-se, ainda, que o solucionismo tecnológico mascara a exclusão sociodigital sob estatísticas superficiais de engajamento. Conclui-se que é necessário a formulação de diretrizes de soberania digital e o desenvolvimento de uma literacia de dados na formação docente, assegurando que a tecnologia permaneça subordinada ao projeto político-pedagógico.

Palavras-chave: Datificação. Identidade Docente. Plataformização. Autonomia Pedagógica.

¹Mestre e Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School-CBS, Paris, France.

²Engenheiro Ambiental, UNINASSAU. Mestre em Ciências Ambientais, IFRN. Doutorado em Educação pela Logos University International - UNILOGOS e Christian Business School-CBS, Paris, France.

³Mestrando em Ciências da Educação, Logos University International - UNILOGOS

⁴Especialista em Gestão Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Mestranda em Educação pela Christian Business School-CBS, Paris.

⁵Mestre em Saúde Pública, Docente de Enfermagem ESCS/UnDF.

⁶Doutora, Docente e Orientadora do Curso de Doutorado em Ciências da Educação da Christian Business School (CBS).

ABSTRACT: This article investigates the profound reconfigurations in the identity and routine of teaching work driven by the platformization and datafication of public school networks. The main objective is to analyze the tensions between pedagogical autonomy and the institutional demand for the management of corporate virtual systems. Methodologically, the research is characterized as a theoretical-bibliographical review study with a qualitative approach, based on the critical analysis of contemporary literature on educational policy and technology. The theoretical framework mobilizes the categories of data colonialism and surveillance capitalism to problematize the phenomenon of algorithmic governance. The synthesis of the analyses shows that the centrality of dashboards imposes a regime of performativity that bureaucratizes the profession, shifting the teacher from the condition of intellectual author of their praxis to a technical operator of metrics. It is also noted that technological solutionism masks sociodigital exclusion under superficial engagement statistics. It concludes that the formulation of digital sovereignty guidelines and the development of data literacy in teacher training are imperative, ensuring that technology remains subordinated to the political-pedagogical project.

Keywords: Datafication. Teacher Identity. Platformization. Pedagogical Autonomy.

I INTRODUÇÃO

A digitalização dos sistemas de ensino contemporâneos ultrapassou a fase de implementação de ferramentas acessórias para se consolidar como uma reestruturação da governança educacional em escala global. Estima-se que a integração de plataformas digitais nas redes públicas de ensino tenha crescido exponencialmente na última década, impulsionada por políticas que buscam a eficiência administrativa e o monitoramento estatístico do desempenho escolar. No entanto, esse processo não se restringe à infraestrutura técnica; ele introduz a lógica da datificação, na qual as interações pedagógicas são convertidas em fluxos contínuos de informações quantificáveis que orientam as decisões institucionais.

Nesse cenário, a escola passa a ser gerida por uma racionalidade baseada em evidências métricas, onde o sucesso educativo é frequentemente reduzido a índices de engajamento e produtividade virtual. Essa arquitetura de monitoramento não é neutra, pois carrega valores que priorizam a padronização e o resultado imediato em detrimento da profundidade do processo de ensino-aprendizagem. A tecnologia, portanto, deixa de ser um suporte para a mediação humana e passa a configurar um sistema de controle que estabelece ritmos e metas para o trabalho realizado dentro e fora das salas de aula.

A fundamentação teórica para compreender esse fenômeno apoia-se em autores nacionais e internacionais que discutem a política da tecnologia. Silveira (2021) e Bucci (2021) argumentam que a inserção de plataformas corporativas no setor público institui uma forma de

colonialismo de dados, no qual a infraestrutura do Estado é colocada a serviço de modelos de negócios que extraem valor da rotina escolar. Adicionalmente, as análises de Silva (2022) e Morozov (2018) demonstram como o solucionismo tecnológico mascara a opacidade de algoritmos que decidem, de forma invisível, os percursos formativos de milhares de estudantes e professores.

Diante dessa pressão informacional, a identidade do profissional da educação enfrenta uma transição estrutural. O magistério, historicamente pautado pela ideia de práxis, a integração consciente entre teoria e ação voltada para a formação crítica (Freire, 1996), vê-se tensionado pela exigência de uma atuação técnica e operacional. O educador é progressivamente empurrado para o papel de gestor de fluxos digitais, cuja competência profissional passa a ser validada pela regularidade na alimentação de sistemas virtuais e pela conformidade com os parâmetros estabelecidos pelas interfaces de controle.

Apesar da vasta bibliografia sobre a eficácia de ambientes virtuais na aprendizagem dos alunos, identifica-se uma lacuna persistente na investigação sobre o impacto dessas ferramentas na subjetividade e na autonomia do professor. A maioria das pesquisas atuais foca na infraestrutura de rede ou no desempenho do estudante, negligenciando a erosão da autoridade pedagógica e o deslocamento do docente de seu lugar de autor para a condição de operador de demandas sistêmicas. Falta uma análise integrada que conecte a lógica da governança por dados à realidade laboral do educador contemporâneo.

A relevância deste artigo reside, portanto, na necessidade de mapear essa transformação identitária sob uma perspectiva analítica e sociológica. O objetivo central é investigar as tensões entre a autonomia docente e a gestão de sistemas virtuais, revelando como a lógica da datificação altera a natureza do ofício educativo. A originalidade da discussão proposta não reside na crítica ao uso da tecnologia em si, mas na análise de um modelo de gestão que, ao buscar a precisão numérica, corre o risco de descaracterizar a mediação pedagógica e silenciar a autonomia intelectual do professor.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A datificação do ensino e a plataformização das redes públicas

A plataformização da educação no cenário brasileiro atual manifesta-se como um fenômeno de reestruturação profunda das infraestruturas públicas. Esse processo não se limita

à simples adoção de dispositivos digitais ou softwares isolados, mas envolve a integração de arquiteturas que reorganizam a gestão escolar e as práticas de ensino sob uma nova lógica operacional. Conforme analisa Silveira (2021), essa transição marca a passagem de um modelo de ferramentas auxiliares para um regime de plataformas corporativas que operam como mediadoras fundamentais da vida social e educativa. Assim, a escola pública deixa de ser um espaço de gestão exclusivamente local e passa a integrar circuitos globais de processamento e armazenamento de informações.

No âmago desse processo encontra-se a datificação, definida como a transformação de ações sociais e pedagógicas em dados quantitativos passíveis de monitoramento, processamento e predição. Na educação, isso significa que cada clique do estudante, cada registro de frequência e cada nota lançada pelo professor é convertido em uma métrica de desempenho institucional. Silva (2022) destaca que essa lógica algorítmica não é um espelho neutro da realidade, mas uma construção técnica que impõe uma visão específica sobre o que deve ser valorizado e medido no ambiente escolar. A datificação promove, dessa forma, uma visibilidade constante que prioriza o resultado estatístico imediato sobre a profundidade e a complexidade da experiência humana na aprendizagem.

A entrada de grandes corporações de tecnologia nas redes de ensino institui o que a literatura nacional identifica como uma nova forma de governança educacional. Bucci (2021) argumenta que a lógica da superindústria tecnológica se apropria das interações cotidianas, transformando o ato de educar em uma fonte de extração de valor informacional para o mercado. Ao terceirizar a infraestrutura digital para entes privados, o Estado muitas vezes permite que a lógica do lucro e da eficiência técnica pautem as decisões pedagógicas de longo prazo. Esse movimento gera uma tensão crescente entre o interesse público de formação cidadã integral e o interesse corporativo de captura, análise e modulação de comportamentos dentro do ambiente virtual.

Por fim, a plataformização das redes públicas frequentemente é apresentada sob o discurso do solucionismo tecnológico, prometendo resolver desafios históricos da educação por meio da automação e da inteligência artificial. Entretanto, essa promessa de eficiência costuma ignorar as desigualdades estruturais e as fraturas digitais que marcam o território nacional. A submissão da didática aos ritmos e parâmetros das plataformas gera um engessamento curricular, no qual a diversidade de saberes e a autonomia de ensino são comprimidas em

modelos padronizados de resposta. A governança por dados, ao buscar a precisão numérica absoluta, acaba por instituir um modelo educativo que favorece a adaptação técnica dos sujeitos em vez do desenvolvimento da autonomia crítica.

2.2 Capitalismo de vigilância e a extração de dados no ambiente escolar

A transposição do modelo de negócios das grandes empresas de tecnologia para a educação básica encontra seu alicerce explicativo na teoria do capitalismo de vigilância. Zuboff (2021) conceitua essa dinâmica como uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais ocultas de extração e previsão de comportamentos. No ecossistema escolar, isso significa que a aprendizagem e o ensino deixam de ser processos resguardados e passam a ser tratados como fontes inesgotáveis de dados quantificáveis. As plataformas educacionais, muitas vezes incorporadas sob o pretexto de modernização da gestão pública, operam como infraestruturas extrativistas que capturam continuamente informações sobre o cotidiano das escolas.

A coleta de dados no ambiente educativo atual ultrapassa o simples registro histórico de notas ou frequências. O modelo plataformizado extrai metadados minuciosos, incluindo o tempo de tela de cada usuário, a velocidade de resolução de exercícios, as interações nas interfaces e os padrões de navegação diários. Silveira (2021) alerta que esse nível de rastreamento instaura uma assimetria de poder alarmante, na qual as corporações detêm um conhecimento profundo sobre a comunidade escolar, enquanto as instituições públicas desconhecem os mecanismos internos de processamento dessas informações. Estudantes e docentes são transformados em provedores involuntários de dados para treinar sistemas privados de inteligência artificial, consolidando um regime de exploração invisível.

Essa lógica subverte a finalidade ética da tecnologia na escola. Em vez de as ferramentas digitais servirem aos propósitos pedagógicos delineados no plano de ensino local, é o plano de ensino que passa a servir às exigências de alimentação do sistema corporativo. Bucci (2021) observa que essa inversão mercantiliza a atenção dos sujeitos. A plataforma tecnológica não possui interesse primário na formação cidadã crítica, mas na retenção do usuário diante da interface, gerando uma cultura de engajamento contínuo que desrespeita os tempos naturais de reflexão, pausa e internalização humana do conhecimento.

As consequências dessa vigilância afetam diretamente a natureza do trabalho docente. O educador, ao ser obrigado a utilizar essas plataformas institucionais, é colocado na posição

paradoxal de fiscal da extração de dados de seus próprios alunos. A responsabilidade por garantir que as crianças utilizem o sistema regularmente recai sobre o professor, que passa a ser cobrado institucionalmente pelas metas de acesso e engajamento virtual. Esse cenário corrói o vínculo de confiança essencial entre o educador e o aprendiz, substituindo a relação de acolhimento pedagógico por uma relação de monitoramento algorítmico contínuo.

2.3 A transição da identidade docente: da práxis à performatividade algorítmica

Historicamente, a identidade do profissional da educação no Brasil foi construída em torno do conceito de práxis, compreendida como a integração indissociável entre a reflexão teórica e a ação concreta sobre a realidade. Freire (1996) consolida a visão do professor como um sujeito autônomo, capaz de ler criticamente o seu contexto e de adaptar o currículo às necessidades e vivências de sua comunidade. Nessa perspectiva, o ensino é compreendido como uma atividade intelectual e dialógica, na qual a imprevisibilidade da sala de aula é vista como uma potência educativa. O educador atua como um autor que constrói o conhecimento de forma relacional e contextualizada.

A ascensão da governança por dados nas redes públicas impõe uma fratura estrutural nessa identidade histórica. A implementação de painéis de controle institucionais e a cobrança por métricas de desempenho digital forçam o magistério a adotar uma postura estritamente instrumental. O professor é cobrado por resultados quantificáveis em tempo real, o que reduz drasticamente o seu espaço para a experimentação pedagógica e para a escuta sensível. Como aponta Silva (2022), a dependência de sistemas fechados retira do docente a autonomia sobre o próprio método de avaliação. O trabalho educativo passa a ser ditado por aquilo que a plataforma consegue medir de forma automatizada, invisibilizando as dimensões afetivas e sociais que escapam ao registro dos algoritmos.

Esse deslocamento gera o fenômeno da performatividade no cotidiano escolar. A performatividade ocorre quando o foco do trabalho deixa de ser o processo real e formativo de aprendizagem e passa a ser a produção de índices positivos para satisfazer as exigências das secretarias de educação. O professor, sob intensa pressão gerencial, começa a moldar suas aulas exclusivamente para garantir que os alunos atinjam as metas no sistema corporativo. A excelência profissional passa a ser atestada não pela capacidade de desenvolver o pensamento crítico, mas pela eficiência técnica em manter os indicadores de produtividade sempre elevados nos relatórios gerenciais.

O resultado final dessa transição é o desgaste crônico e a alienação da categoria docente. Ao ser destituído da posição de autor de seu percurso didático para assumir a função de operador de sistemas, o docente vivencia um severo esvaziamento do sentido de seu ofício. A rotina escolar transforma-se em um ciclo exaustivo de alimentação de bancos de dados. A reflexão intelectual cede lugar ao cumprimento diário de tarefas operacionais, consolidando uma precarização do trabalho que ameaça a função da escola pública como um espaço de resistência e de construção autônoma do saber.

3 METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, conduzida por meio de um levantamento bibliográfico e documental. Segundo Gil (2022), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, permitindo ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de realizar uma síntese crítica e original sobre o impacto da datificação na identidade docente, correlacionando diferentes perspectivas teóricas contemporâneas.

O corpus da pesquisa foi constituído a partir de uma seleção criteriosa de produções acadêmicas publicadas no período entre 2018 e 2025, garantindo o acesso ao estado da arte do debate sobre plataformização e educação. A busca foi realizada em bases de dados de alto impacto, priorizando periódicos classificados nos estratos superiores do sistema Qualis. Para a composição da amostra, utilizaram-se descritores específicos relacionados à governança digital, ao capitalismo de vigilância e ao trabalho docente, assegurando que o material selecionado apresentasse densidade teórica suficiente para sustentar a análise proposta.

Complementarmente, a investigação incorporou a análise documental como forma de confrontar a teoria com as normativas que orientam a digitalização das redes de ensino. Foram examinados documentos de políticas públicas e relatórios técnicos de organizações nacionais e internacionais que tratam da implementação de plataformas de aprendizagem. De acordo com os preceitos de Creswell e Creswell (2021), a análise documental oferece dados valiosos sobre as intenções institucionais e as estruturas de poder que moldam os ambientes digitais, servindo como uma evidência objetiva da transição para a gestão baseada em métricas algorítmicas.

O tratamento e a interpretação das informações coletadas seguiram os fundamentos da Análise de Conteúdo, orientando-se pelas diretrizes sistematizadas por Franco (2021). O processo analítico foi dividido em três etapas principais: a organização do material coletado, a exploração do conteúdo para a identificação de unidades de significado e, por fim, a inferência e a interpretação crítica. Essa técnica permitiu a organização dos achados em categorias temáticas que refletem as tensões entre a autonomia do professor e o controle exercido pelas interfaces tecnológicas corporativas.

A análise foi conduzida sob a lente teórica do capitalismo de vigilância e do colonialismo de dados, permitindo uma interpretação sociológica dos fenômenos descritos na literatura. A triangulação entre as fontes bibliográficas e os documentos normativos garantiu a validade interna da pesquisa, possibilitando a construção de uma argumentação robusta sobre a desprofissionalização docente. O objetivo final foi produzir uma síntese inédita que não apenas descreva o cenário atual, mas que também aponte caminhos para o resgate da soberania pedagógica diante da automação dos processos educativos.

Cabe ressaltar que o rigor epistemológico desta pesquisa pautou-se pelo respeito absoluto à propriedade intelectual e pela ética na citação e interpretação das fontes consultadas. Em uma pesquisa de natureza estritamente teórica, a integridade na análise dos textos de terceiros é o que garante a confiabilidade científica do trabalho. Assim, buscou-se assegurar que as conclusões apresentadas decorram de uma reflexão sistemática e honesta sobre as evidências disponíveis na literatura, contribuindo para o avanço do conhecimento na área de Educação sem recorrer a dados de campo ou intervenções diretas.

4 RESULTADOS

A revisão sistemática da literatura e a análise dos documentos normativos revelam que a plataformização das redes de ensino transcende a mera atualização de recursos didáticos. Os textos acadêmicos contemporâneos demonstram que a adoção de ecossistemas digitais corporativos desencadeia uma reestruturação profunda nas relações de poder institucionais. A discussão a seguir foi organizada em eixos analíticos que evidenciam o choque direto entre a racionalidade pedagógica humana e a racionalidade algorítmica imposta pelas interfaces tecnológicas.

4.1 A centralidade dos painéis de controle e a burocratização do trabalho docente

A inserção massiva de plataformas corporativas nas políticas públicas reconfigurou o centro de gravidade do trabalho pedagógico. A literatura aponta que o foco da atenção gerencial foi deslocado do espaço físico da sala de aula para o monitoramento contínuo das telas. O painel de controle corporativo (dashboard) assumiu o status de principal instrumento de validação do ofício docente. Para as instâncias de governança, o ensino passa a ser reconhecido oficialmente apenas se estiver quantificado na interface do sistema. Essa mudança transforma a avaliação educacional, que deixa de considerar o clima escolar para se concentrar quase exclusivamente na flutuação de gráficos de engajamento virtual.

Essa centralidade métrica impõe uma burocratização sem precedentes na rotina dos educadores. Pesquisas recentes sobre o trabalho docente evidenciam que uma parcela excessiva do tempo de planejamento é consumida pela obrigatoriedade de alimentar múltiplos sistemas simultaneamente. A exigência abrange desde o lançamento minucioso de frequências até o registro do tempo exato de conexão de cada estudante. O trabalho invisível do professor, exemplificado pelo acolhimento emocional ou pela adaptação de um conteúdo complexo, perde valor institucional por não gerar dados automaticamente capturáveis pela máquina.

O impacto dessa reestruturação reflete diretamente na qualidade e na profundidade do registro pedagógico. Historicamente, os relatórios de avaliação permitiam a construção de narrativas qualitativas sobre o desenvolvimento cognitivo e social do aluno. Com o avanço da plataformização, a avaliação é comprimida em menus suspensos e escalas numéricas padronizadas por desenvolvedores de software distantes da realidade da escola pública. A riqueza da observação direta do educador é reduzida a comandos genéricos, empobrecendo o diagnóstico e dificultando o acompanhamento real das defasagens de aprendizagem.

Conseqüentemente, a burocratização algorítmica atinge a identidade profissional de forma severa. O sentimento documentado na bibliografia é o de um progressivo rebaixamento intelectual da categoria. Professores com formação sólida sentem-se reduzidos à função de digitadores e fiscais de conformidade digital. A pressão constante para manter os indicadores do sistema em níveis elevados, independentemente das condições materiais da turma, instaura um clima de cobrança contínua que resulta em esgotamento mental e desmotivação crônica com a carreira.

A vigilância exercida pelos painéis de controle estabelece, assim, uma cultura consolidada de performatividade. O professor, ciente de que seu trabalho é monitorado em

tempo real por algoritmos governamentais, começa a moldar suas estratégias didáticas para satisfazer os critérios específicos do software. A docência passa a ser guiada pelo receio da punição estatística, consolidando um ambiente educativo no qual a aparência da produção digital importa mais do que a consolidação efetiva do conhecimento.

4.2 Tensões entre a autonomia pedagógica e o solucionismo tecnológico

O avanço da datificação traz à tona um conflito incontornável entre o conhecimento situado do educador e a lógica universalizante dos sistemas digitais. Os relatórios corporativos frequentemente justificam a adoção de suas plataformas sob a premissa do solucionismo. Segundo Morozov (2018), este conceito descreve a crença equivocada de que problemas sociais e cognitivos complexos podem ser resolvidos pela simples aplicação de códigos matemáticos. Na política educacional, esse discurso tenta convencer os gestores de que o algoritmo possui maior precisão do que o professor na correção das defasagens, deslegitimando o julgamento humano.

A promessa mercadológica de personalização da aprendizagem revela-se, nas análises críticas, como uma padronização rigorosamente camuflada. As plataformas oferecem trilhas formativas que prometem adaptação ao ritmo individual do estudante. No entanto, essas trilhas operam dentro de um roteiro algorítmico fechado, no qual as opções de resposta já foram previamente delimitadas pela corporação fornecedora. O professor perde o seu poder de curadoria, vendo-se impossibilitado de inserir contextos locais ou modificar o material para atender a uma especificidade cultural. A tecnologia confina o aluno em um simulacro corporativo estéril.

Essa dinâmica provoca uma erosão gradativa da autoridade didática do docente. Quando a máquina assume a função de corrigir tarefas automaticamente e de determinar a próxima etapa metodológica, o professor é relegado à posição periférica de suporte técnico. A literatura indica que os estudantes passam a direcionar suas expectativas para a recompensa imediata fornecida pelo sistema gamificado, esvaziando a figura do educador como referência intelectual e moral. O magistério torna-se refém de uma arquitetura programada para condicionar reflexos rápidos em vez de promover reflexões densas.

Apesar desse cenário de supressão de autonomia, os estudos teóricos identificam táticas de resistência fundamentais no interior do magistério. Muitos profissionais desenvolvem estratégias para subverter a lógica imposta, cumprindo os requisitos operacionais exigidos pelas

secretarias apenas para evitar sanções administrativas. Após alimentarem os sistemas, esses educadores resgatam o uso de materiais concretos, leituras críticas e debates circulares. Essa dupla jornada atesta o esforço da categoria para proteger a dimensão reflexiva do ensino contra o avanço do determinismo digital.

Entretanto, essa resistência tática documentada não anula a gravidade da política de plataformização vigente. A necessidade de o professor lutar contra a infraestrutura fornecida pelo próprio Estado evidencia uma falha estrutural no modelo de governança. A submissão da escola ao solucionismo corporativo sinaliza um processo acelerado de desprofissionalização. O resgate da identidade docente exige políticas públicas normativas que garantam a subordinação irrestrita da ferramenta tecnológica ao projeto político e pedagógico delineado pela comunidade escolar.

4.3 Condições de trabalho e o desgaste profissional na gestão de sistemas

A análise das políticas de implementação digital expõe um paradoxo profundo nas condições laborais da educação pública. As diretrizes governamentais frequentemente priorizam a aquisição de licenças de software corporativo em detrimento da garantia de infraestrutura de rede básica. Os textos acadêmicos revelam que o professor se depara diariamente com conexões instáveis e dispositivos obsoletos. Esse descompasso estrutural obriga o educador a assumir tacitamente funções de tecnologia da informação. O tempo destinado à mediação do saber é consumido na tentativa exaustiva de redefinir senhas e contornar falhas de sistema.

Essa precarização tecnológica resulta em uma invasão drástica do tempo livre do docente. Como a alimentação dos painéis de controle é compulsória e a infraestrutura física falha, a revisão bibliográfica aponta a necessidade constante de o profissional levar o trabalho burocrático para o ambiente doméstico. O preenchimento de métricas de engajamento e a validação de etapas nos portais corporativos estendem a jornada de trabalho de forma invisível. A digitalização, nesse modelo, atua como um mecanismo de intensificação da exploração laboral, corroendo o direito ao descanso.

O reflexo imediato dessa rotina operacional é o adoecimento da categoria. A imposição de metas algorítmicas, aliada ao monitoramento contínuo, gera um estado de alerta e ansiedade institucional permanente. Os professores percebem que o seu trabalho é continuamente vigiado pelas instâncias superiores por meio dos rastros de dados gerados. O receio de sofrer penalidades

por apresentar baixos índices de acesso instaura um clima persecutório. O profissional compreende que a instituição valoriza mais a manutenção de gráficos positivos do que a qualidade do vínculo humano construído.

O modelo de governança por dados desvaloriza sistematicamente o trabalho imaterial inerente à docência. Elementos cruciais do processo formativo, como a mediação de conflitos interpessoais e a escuta ativa do aluno, tornam-se invisíveis para a estrutura algorítmica. Como essas ações relacionais não geram cliques capturáveis pelas plataformas, elas deixam de existir oficialmente para a gestão pública. O educador sofre um esvaziamento de seu propósito ao constatar que a máquina recompensa a velocidade no preenchimento numérico e ignora a complexidade do desenvolvimento cognitivo.

O cenário descrito pela literatura aponta para a iminência de uma proletarianização digital do magistério. Quando o trabalho do educador é reduzido à operação de painéis e ao monitoramento de acessos, a profissão perde o seu caráter intelectual orgânico. A superindústria tecnológica, conceituada por Bucci (2021), avança sobre o setor público transformando o professor em um mero intermediário entre a criança e o software. Evitar essa degradação exige que os pesquisadores coloquem a saúde mental do docente no centro das avaliações sobre a adoção de tecnologias nas redes públicas.

4.4 A exclusão sociodigital mascarada pelas métricas de engajamento

O discurso institucional que fundamenta a aquisição de ecossistemas digitais apoia-se na promessa de democratização do acesso e engajamento estudantil. Contudo, a análise crítica da literatura revela que as métricas utilizadas para comprovar tal sucesso são metodologicamente limitadas. Os sistemas mensuram a participação a partir de dados operacionais brutos, como o tempo de tela e a quantidade de cliques por minuto. Essa lógica confunde interação técnica superficial com aprendizagem cognitiva efetiva, validando relatórios gerenciais que não refletem a verdadeira apropriação do conhecimento.

A fragilidade desse engajamento algorítmico mascara uma realidade severa de exclusão sociodigital no país. A exigência de participação virtual contínua atua como um mecanismo de punição para os estudantes inseridos em contextos de vulnerabilidade. Alunos que não dispõem de conectividade domiciliar adequada não conseguem gerar os dados de acesso exigidos pelos painéis. Consequentemente, a plataforma classifica esses jovens como desengajados,

invisibilizando a desigualdade material histórica e transferindo a culpa por uma falha do Estado diretamente para o indivíduo.

Diante dessa arquitetura excludente, a literatura aponta que o professor vivencia dilemas éticos diários. Os registros acadêmicos descrevem situações nas quais educadores precisam realizar adaptações e acessos em nome dos estudantes para protegê-los das penalidades geradas pela falta de internet. Essa prática comprova que as estatísticas produzidas pelo solucionismo tecnológico consistem, muitas vezes, em ficções numéricas criadas exclusivamente para satisfazer as demandas burocráticas dos órgãos de controle.

O foco exclusivo no treinamento operacional para a utilização de interfaces corporativas empobrece o currículo de forma alarmante. O tempo escolar que deveria ser dedicado ao desenvolvimento de uma literacia crítica de dados é consumido pela instrução de manuais de software. Conforme argumenta Silva (2022), a ausência de uma formação sociológica sobre o funcionamento da tecnologia deixa os alunos expostos à manipulação de informações e à reprodução de vieses algorítmicos. O currículo perde sua capacidade de formar cidadãos conscientes para formar apenas usuários dóceis.

Fica evidente, a partir das evidências teóricas, que a datificação atua como um amplificador de desigualdades quando desacompanhada de políticas de equidade. A tecnologia não possui a capacidade isolada de democratizar o ensino em um tecido social fraturado. Superar a falácia do engajamento métrico exige compreender que a aprendizagem emancipatória depende incontornavelmente da mediação humana. Somente o intelectual da educação é capaz de traduzir o conteúdo digital em saberes significativos para a realidade material da comunidade estudantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teórico-bibliográfica evidenciou que a plataformização das redes públicas de ensino configura um processo de transição estrutural na identidade e na rotina do trabalho docente. A análise crítica da literatura demonstrou que a inserção de ambientes digitais corporativos instaura um regime de governança por dados que subordina a práxis pedagógica à racionalidade métrica. Constatou-se que o magistério, historicamente fundamentado na figura do intelectual autor de sua prática, é progressivamente deslocado para a condição de operador de sistemas e alimentador contínuo de painéis de controle institucionais.

A síntese dos estudos contemporâneos aponta que o determinismo tecnológico imposto às escolas mascara realidades severas de precarização laboral e exclusão sociodigital. A exigência gerencial de preenchimento ininterrupto de relatórios algorítmicos gera esgotamento mental e invisibiliza as dimensões afetivas, relacionais e qualitativas do processo educativo. Ademais, confirmou-se que as métricas oficiais de engajamento frequentemente ocultam a disparidade de acesso tecnológico, transformando o déficit de infraestrutura estatal em uma punição estatística para professores e alunos.

Para que a tecnologia na educação atue efetivamente como vetor de emancipação, faz-se urgente a formulação de diretrizes normativas de soberania digital que resguardem a autonomia profissional. É imprescindível que as políticas de formação continuada ultrapassem o mero treinamento técnico e incorporem o desenvolvimento da literacia de dados, capacitando os educadores para auditar os sistemas adotados. A superação das lógicas do capitalismo de vigilância passa pela reafirmação da centralidade do professor e pela garantia irrevogável de que qualquer inovação digital esteja subordinada ao projeto político e pedagógico da instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

- BUCCI, E. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- SILVA, T. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições SESC, 2022.
- SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, J. F.; SILVEIRA, S. A.; SOUZA, J. (Org.). **Colonialismo de dados**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

WILLIAMSON, B. **Big Data e Educação: o futuro digital da aprendizagem, da política e da prática.** São Paulo: Orvalho, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2021.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder.** Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.